



94.001.044864-2 (09-L) TCR 03/05/94 16:29
9. OFÍCIO, 3. VARA DE FAZENDA P. (D107)
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (SORT.)
EINAR DE SÁ E LIMA PEREIRA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. 4171

L.2.2.61

04/05/94.



O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, vem, por seu Procurador infra-assinado, propor, com base nos arts. 926 e segs. do Código de Processo Civil, a presente Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar em face de Einar de Sá e Lima Pereira, brasileiro, separado judicialmente, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.202.917-49, domiciliado e residente na Rua Ubaldino do Amaral nº 70, aptº 1.202, nesta cidade, pelo que passa a expor e requerer o seguinte:

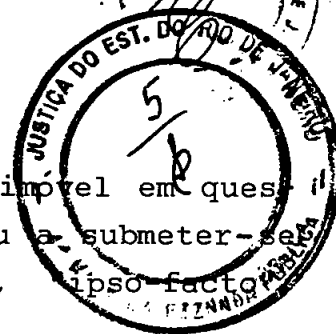
1. O autor é senhor e legítimo possuidor do imóvel situado na Rua Ubaldino do Amaral nº 70, apto. 1.202, nesta cidade, adquirido por força de disposição testamentária feita por sua então proprietária, Sra. Laura Alves Schuh, como se vê da competente certidão do Registro de Imóveis - 2º Ofício, em anexo.

2. O citado bem imóvel foi dado em locação pela então proprietária ao réu, que permaneceu a ocupar indevidamente o mesmo, após a sua aquisição pelo autor, sem nunca ter comparecido aos órgãos administrativos pertinentes para regularizar a sua situação.

4 up.



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**



3. Em virtude do ingresso do bem imóvel em questão no patrimônio público municipal o mesmo passou a submeter-se a regime jurídico de direito público, acarretando, ipso facto, a extinção do contrato de locação.

4. Naturalmente, aos bens públicos, aplica-se, nas palavras da i. Prof. Maria Sylvia Z. Di Pietro (in Direito Administrativo, Atlas, pag. 370), "regime jurídico de direito público, derogatório e exorbitante do direito comum, não se aplicando a essas modalidades de bens os institutos regidos pelo direito privado."

5. Portanto, na qualidade de titular do domínio e sucessor quanto à posse (indireta), na forma do art. 495 do Código Civil, o autor notificou o réu para, no prazo de 30 (trinta) dias, desocupar voluntariamente o imóvel em questão, a partir de 23.04.93, nos termos da notificação judicial em anexo.

6. Sucede que o réu, mesmo após o decurso do prazo concedido, não desocupou o imóvel em questão, em flagrante desrespeito ao art. 237 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que veda a utilização gratuita de bens imóveis municipais.

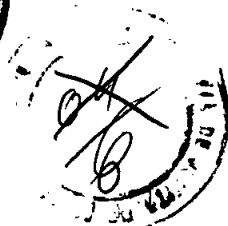
7. Tratando-se de posse precária, a recusa em desocupar o citado imóvel caracteriza plenamente o esbulho possessório perpetrado pelo réu em 23/05/93, datado de menos de ano e dia, portanto.

8. Pelo exposto, requer o autor:

a) o deferimento, inaudita altera parte, do mandado liminar de reintegração de posse, com base no art. 928 do Código de Processo Civil;



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**



b) a citação do réu para, querendo, oferecer defesa, sendo, a final, julgado procedente o pedido, para o fim de reintegrar o autor definitivamente na posse do imóvel em questão, bem como condenar o réu ao pagamento das perdas e danos sofridas em decorrência da ocupação indevida, a partir da data do esbulho, no valor a ser arbitrado judicialmente e das custas judiciais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa; e

c) sejam cientificados da presente os eventuais ocupantes do imóvel em questão.

9. Protestando pela produção de todo o gênero de provas, dá à causa o valor de CR\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais).

Termos em que,
A. Deferimento.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 1994.

Roberto Sardinha Junior

ROBERTO SARDINHA JUNIOR
Procurador do Município